

**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP**  
**ATA DA 51ª REUNIÃO**

4 Data: 17 de maio de 2006.

5 Local: Mini Auditório da SRH, em Brasília.

6 **PARTICIPANTES:**

- 7 ▪ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 8 ▪ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Joaquim Gondim (joaquim.gondim@ana.gov.br);
- 9 ▪ Ministério dos Transportes - MT: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.gov.br);
- 10 ▪ Ministério da Saúde – MS: Jailma Marinho Bezerra de Oliveira (jailma.oliveira@funasa.gov.br);
- 11 ▪ Ministério das Cidades - MC: Fernando Mesquita de Carvalho Filho
- 12 (fernando.filho@cidades.gov.br);
- 13 ▪ Ministério da Integração Nacional - MI: Daniel Sosti Perini (dspeini@terra.com.br);
- 14 ▪ Ministério da Defesa - MD: Marco Aurélio Guimarães (adj3saei1@eme.eb.mil.br);
- 15 ▪ Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br);
- 16 ▪ Ministério de Minas e Energia - MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br);
- 17 ▪ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: Willibaldo Brás Sallum
- 18 (willibaldo@agricultura.gov.br);
- 19 ▪ Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: Gustavo Guelfi (gustavoguelfi@cnt.org.br);
- 20 ▪ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sérgio Dias Canella
- 21 (scanella@furnas.com.br);
- 22 ▪ Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@uol.com.br);
- 23 ▪ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br);
- 24 ▪ Organizações Não Governamentais-ONG: ausente.

25 **CONVIDADOS:**

- 26 ▪ Alessandra Daibert Couri – ANA (aledaibert@ana.gov.br);
- 27 ▪ Anna Paola Michelano Bubel – ANA (anna@ana.gov.br);
- 28 ▪ Danilo Lopes Marques da Silva – FURNAS (dlms@furnas.com.br);
- 29 ▪ Drausio de Freitas Belote – FURNAS (drausio@furnas.com.br);
- 30 ▪ Fernando Celso Padilha – CPFL (padilha@cpfl.com.br);
- 31 ▪ Gilney Oliveira Vilarim – FURNAS (vilarim@furnas.com.br);
- 32 ▪ Gustavo Faleiros – PATRI (gustavo.faleiros@gmail.com);
- 33 ▪ Marcelo Moraes -CONFEEA (marcelomoraespiui@yahoo.com.br);
- 34 ▪ Maria Zita Timbó Araújo – DNOCS (maria.zita@dnocs.gov.br);
- 35 ▪ Rodrigo Laborbne Mattioli – SRH (mattioli.rodrigo@gmail.com);
- 36 ▪ Rogério de Abreu Menescal – MI (rmenescal@ana.gov.br);
- 37 ▪ Sandra Vaz da Costa Vargas – ANA (sandra.vaz@ana.gov.br);
- 38 ▪ Valdeci Goulart – AES TIETÊ (valdeci.goulart@aes.com).

39 **RELATORIA:**

- 40 ▪ Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

41 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

42 **Item 1 – Abertura.** O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou os trabalhos da 51ª Reunião da CTAP às 09h32,  
 43 cumprimentou e desejou boas vindas a todos. A seguir informou os sobre os fatos recentes do CNRH, tais  
 44 como: a realização das Assembléias Deliberativas dos segmentos usuários e da sociedade civil, para  
 45 indicação dos novos conselheiros; a decisão dos CERH's de não indicar seus representantes até a  
 46 publicação do decreto que alteraria a composição do CNRH; os questionamentos apresentados na reunião  
 47 da CTIL do dia anterior; a expectativa de publicação do decreto com a nova composição do Plenário; a  
 48 renovação do mandato dos membros das câmaras técnicas CTEM, CTCOB, CTIL E CTPNRH e, o  
 49 preenchimento das vagas existentes na CTAP e CTCT. A seguir, passou ao **Item 2 - Eleição do**  
 50 **Presidente para o período 01/fev/2006 a 31/jan/2007** abrindo a palavra aos presentes para manifestações  
 51 e indicações. O Sr. Joaquim Gondim (ANA) e o Sr. Sérgio Canella (Concessionárias) propuseram a  
 52 recondução do atual presidente, Sr. Julio Thadeu (SRH), para mais um mandato e receberam a aprovação  
 53 unânime dos presentes . O Sr. Juilo Thadeu (SRH) agradeceu a confiança e o reconhecimento pelo  
 54 trabalho desenvolvido pela CTAP. Enfatizou a implementação do SINGREH e a mediação de conflitos  
 55 ocasionados pelos múltiplos usos da água como dois dos principais assuntos abordados pela Câmara  
 56 Técnica, contando com a colaboração de todos os eus membros. Encaminhou, então, ao **Item 3 –**  
 57 **Aprovação da Ata da 50ª reunião da CTAP.** A Sra. Ingrid Müller (OTEP), o Sr. Sérgio Canella

58 (Concessionárias) e o Sr. Marcelo Moraes (CONFEA) solicitaram correções nas linhas 203, 239, 259 e 59 260. Não havendo mais observações a ata foi aprovada com as alterações solicitadas. O Sr. Julio Thadeu 60 (SRH) submeteu a proposta de inversão de pauta, quanto aos itens 4 e 5, aos presentes e com a 61 aquiescência de todos passou ao **Item 5 – Discussão sobre critérios para a definição de Vazão 62 Ecológica, Vazão Remanescente ou Vazão Mínima** esclarecendo que o tema fora pautado para esta 63 reunião por estar relacionado, no passado, aos canais de fuga das barragens e atualmente às calhas dos 64 rios e processos de outorga. Enfatizou sua expectativa de encaminhamento desta matéria na CTAP, sem 65 que houvesse uma definição imediata nesta reunião e concedeu a palavra ao Sr. Joaquim Gondim (ANA). 66 Em seu pronunciamento, o Sr. Joaquim Gondim (ANA) disse ter sempre em mente o fato de que a 67 definição sobre vazão ecológica representaria um parâmetro para a outorga. Destacou os principais pontos 68 da abordagem: a sazonalidade climática com períodos úmidos e secos poderia resultar em rios 69 intermitentes e vazão zero, em parte do tempo; as alterações provocadas pelos seres humanos, como a 70 captação, o lançamento de fluentes e a operação de reservatórios que poderiam provocar alterações na 71 magnitude e na frequência das cheias. Relatou as definições até então empregadas no Brasil, a partir da 72 Norma DAEE nº 2, de 1984, classificando-as em vazões ecológicas até 2002 e vazões ambientais a partir 73 de 2003, de acordo com a abrangência, finalidade e objetivo de cada uma. Destacou que as vazões 74 ecológicas nem sempre significariam vazões mínimas porque poderiam ser máximas em função das 75 cheias. Relatou a tendência atual de definição de vazão ambiental, cujo termo seria mais abrangente 76 contemplando todos os componentes do rio. Exemplificou com as notas técnicas do Banco Mundial, cujos 77 documentos foram disponibilizados aos membros da CTAP. Sobre os métodos utilizados relacionou-os 78 em um quadro e considerou que não haveria um melhor, sendo todos úteis e importantes, em função das 79 circunstâncias e objetivos específicos de cada caso. Destacou a complexidade do tema, atualmente mal 80 resolvido em todo o mundo. Enfatizou a necessidade de estudos e pesquisas e a possibilidade de 81 propostas que poderiam surgir em apoio à essa área bastante sensível dos recursos hídricos. Disse da 82 necessidade de se discutir a definição desse conceito com foco em duas questões principais, a vazão 83 fixada pelo órgão ambiental e a vazão fixada pelo órgão gestor, com definição de quem seria primeiro e 84 quem seria segundo, como forma de garantir o atendimento aos múltiplos usos e a questão ambiental. 85 Recomendou a adoção de conceitos que não permitam a disseminação de diversos parâmetros sem 86 critérios, inclusive aqueles divulgados por organismos internacionais, que não deveriam ser adotados 87 indiscriminadamente. O Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu ao Sr. Joaquim Gondim (ANA) pela excelente 88 exposição e teceu comentários sobre alguns pontos abordados. Ressaltou a existência de discussão em 89 relação à outorga sobre a navegação hidroviária e ponderou que, segundo seu entendimento, a vazão 90 mínima seria talvez igual à vazão máxima necessária ao atendimento aos múltiplos usos. A seguir, abriu a 91 palavra aos presentes para manifestações. A Sra. Maria Zita (DNOCS) cumprimentou o apresentador pela 92 abordagem do tema, sério problema que vivencia no semi-árido, citando o caso da barragem Armando 93 Ribeiro Gonçalves que possui estudos de vazão de 17,8m³/s, outorga para 21m³/s e vazão ecológica de 94 4m³/s, que considerou percentualmente excessiva em relação à oferta. A Sra. Ingrid Müller (OTEP) 95 externou sua preocupação com o assunto e repotou-se à reunião do CTHIDRO, no Encontro do Sul, que 96 culminou com a proposta sobre o tema, inclusive as PCH. O Sr. Marco Aurélio (MD) considerou 97 importante a abordagem da questão porque a estratégia de ação do Ministério da Defesa baseia-se em rios 98 transfronteiriços, cujas barragens não poderiam diminuir a vazão, a fim de impossibilitar o “vau” para 99 movimentação de viaturas. O Sr. Ênio Bocorny (MME) indagou como se daria o desdobramento desse 100 assunto porque se houver a tendência de projetos com reservatórios menores, visando baixar as cotas de 101 operação, poderia ocorrer a mutilação do rio para o setor hidroviário. A Sra. Maria Zita (DNOCS) 102 observou ainda o contrato celebrado entre o DNOCS e a PETROBRAS para a elaboração de estudos de 103 vazões mínimas regularizadas a fim de possibilitar a produção de energia elétrica e indagou quais os 104 resultados dos estudos efetuados pela ANA. O Sr. Sérgio Canella (Concessionárias) ratificou a 105 necessidade de estudos visando a otimizaçãodos usos da bacia. O Sr. Márcio Bessa (SRH) disse que a 106 matéria merece estudos contínuos. A diversidade dos corpos d'água e a condição de serem fronteiriços ou 107 transfronteiriços levam a estudos complexos. Destacou a importância da qualidade dos dados para esses 108 trabalhos, com ênfase para os estudos da ANA, sobre a implantação da rede hidrometeorológica. O Sr. 109 Luiz Fernando Cybis (Comitês) observou a necessidade de fortalecimento dos estudos sobre pequenos 110 usuários, devido à dificuldade do exame caso a caso, especialmente as PCH, e indagou em que ponto a 111 vazão de referência estabelecida pela Resolução 357 entra nesse abordagem. Após os esclarecimentos e 112 respostas do expositor às questões levantadas, o Sr. Julio Thadeu (SRH) extraiu as seguintes conclusões e 113 proposições resultantes da discussão: há necessidade de desenvolver mais o assunto; iniciar com as 114 definições para que seja adotado um nome de referência; trazer as dificuldades setoriais, exposições

115 rápidas, para aflorar os conceitos dos demais segmentos; considerar os parâmetros de mudança antrópica  
116 com o tempo, como população, irrigação e esgotos; prosseguir o debate com novas apresentações na  
117 próxima reunião e convite aos órgãos gestores estaduais de MG, ES, SP e RS. Ressaltou a importância do  
118 assunto, a preocupação e o interesse do CNRH nesse acompanhamento. O Sr. Luiz Fernando Cybis  
119 (Comitês) indagou como se daria a atuação dos CBH e como seria resolvida a questão legal da  
120 obrigatoriedade de acompanhamento pelos estados. Foi respondido que na próxima reunião haveria o  
121 prosseguimento desse assunto. Com o consenso obtido, o Sr. Julio Thadeu (SRH) passou ao **Item 4 –**  
122 **Planejamento Estratégico para a Aquicultura em Reservatórios – Parques Aquícolas** e concedeu a  
123 palavra ao apresentador do tema. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP) julgou a proposta de investir em  
124 planejamento como corajosa, uma vez que os valores investidos seriam vultuosos, mas com pouca  
125 repercussão política. Ressaltou a dificuldade do trabalho devido à falta de dados ou o armazenamento  
126 inadequado e afirmou que estaríamos aquém de nossas possibilidades de produção. Alertou para a  
127 intenção de promover o crescimento planejado e a implantação de uma nova estrutura aquícola brasileira.  
128 Justificou a implementação do programa, que abrange apenas as águas fluviais, dada a potencialidade  
129 observada nos levantamentos que indicam a existência de 3,5 milhões de hectares de superfície alagada  
130 nos 219 maiores reservatórios brasileiros. Elencou os objetivos do programa e afirmou que foram  
131 selecionados 10 reservatórios, com um espelho d'água equivalente a 1,7 milhão de hectares, para o início  
132 dos trabalhos, levando-se em conta a diversidade de cada um. Ressaltou o balizamento de um limite  
133 precautório de utilização máxima fixado em apenas 1% da área útil desses reservatórios, como uma das  
134 condicionantes estabelecidas visando a proteção dos recursos hídricos e a manutenção da qualidade das  
135 águas. Apresentou a base legal do programa, os órgãos envolvidos e o trâmite processual dos projetos  
136 propostos. Sobre os questionamentos relacionados à aquicultura afirmou que os estudos e o planejamento  
137 propostos visam exatamente fundamentar as respostas sobre essas questões. Observou que as espécies  
138 exóticas, muito questionadas sob o ponto de vista ambiental, representam 95% do mercado pelo alto  
139 potencial zootécnico que possuem e não poderiam ser desconsideradas. Citou a escolha de espécies  
140 permissionadas, o fomento à pesquisa e o estímulo diferenciado à produção de espécies nativas como  
141 fatores positivos do programa. A seguir explanou sobre os parques aquícolas, como bases de uso das  
142 águas da União, descrevendo seus critérios e áreas de preferência, assim como suas etapas de  
143 implantação. Destacou a delimitação de poligonais para as comunidades tradicionais como forma de  
144 inclusão social do programa. Finalizou tecendo comentários sobre os métodos de cálculo de capacidade  
145 suporte existentes e utilizados, citando o reservatório de Itaipu como o laboratório do programa. Nos  
146 debates subsequentes, a Sra. Maria Zita (DNOCS) revelou as dificuldades encontradas pelo DNOCS,  
147 responsável por mais de trezentas barragens no semi-árido, principalmente quanto à burocracia enfrentada  
148 pelos produtores. Informou que órgão possui excelência em piscicultura, com projetos para produção de  
149 pirarucu e parques aquícolas, procurando sempre facilitar esse trâmite burocrático. Perguntou sobre o  
150 andamento do projeto do Açude Castanhão. Alertou também, para os problemas da fiscalização realizada  
151 por diversos órgãos - ANA, IBAM e DNOCS. O Sr. Rodrigo Mattioli (SRH) indagou como se daria o  
152 licenciamento nas fases de LP, LI e LO. O Sr. Mácio Bessa (SRH) observou três pontos: a qualidade da  
153 água; a inserção do plano de monitoramento e a avaliação no planejamento e, a existência ou não da  
154 outorga prévia para a atividade. O Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês) abordou os conflitos pelos  
155 múltiplos usos e relatou sua participação no grupo de pesquisa de saneamento no âmbito do CTHIDRO,  
156 que aponta os tanques rede como "inimigo nº 1" nos casos de eutrofização e contaminação por  
157 cianobactérias dos reservatórios. Revelou sua preocupação com a dificuldade de controle do programa, no  
158 que concerne à flexibilização burocrática que poderia causar impactos ainda não calculados, porque um  
159 ambiente eutrofizado e inoculador facilitaria a propagação. Sem mais intervenções e com todas as questões  
160 esclarecidas e respondidas, além do compromisso da SEAP de elaboração de uma proposta de resolução  
161 sobre a integração entre os comitês gestores aquícolas e os CBH, para início de discussão na próxima  
162 reunião, também em atenção ao **Item 7** da pauta, o Sr. Julio Thadeu (SRH) concluiu o assunto  
163 agradecendo ao apresentador e parabenizando-o pela iniciativa louvável de elaboração do planejamento  
164 estratégico para essa atividade potencial, que viria facilitar a fiscalização, monitoramento e avaliação dos  
165 projetos. Disse da pré disposição das ações de integração dos múltiplos usuários no CNRH e na CTAP,  
166 inclusive dos procedimentos de outorga na CTPOAR. A seguir passou ao **Item 6 – Critérios para Análise**  
167 **de Projetos com vistas à Celebração de Convênios – MI** e concedeu a palavra ao Sr. Rogério Menescal  
168 (MI) para apresentação da matéria tema. O Sr. Rogério Menescal (MI) iniciou ressaltando a mudança do  
169 paradigma, nesta gestão do Ministério da Integração procurando induzir a um comportamento que  
170 deixasse de focar apenas a execução da obra, para adotar uma visão mais abrangente desde a fase pré-  
171 obra, como planejamento e elaboração projetos, até o pós-obra como operação, manutenção e segurança,

especialmente para as barragens e a transferência dos perímetros de irrigação. Relatou o papel de efetuar e apoiar o planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de obras hídricas de forma integrada e participativa, visando sua sustentabilidade técnica, social, ambiental e econômica, contribuindo proativamente para a redução das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida da população. Expôs as competências, com destaque ao apoio à execução de obras de reservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais, as diretrizes do DOH e a seguir fez um balanço das atividades realizadas em 2005 apresentando quadro de desempenho por categoria. Comentou a sustentabilidade operacional para as obras hídricas, apresentou as perspectivas e desafios estratégicos para 2006 e concluiu com a seguinte afirmação: “a obra poderia ser utilizada como indutora à mudança de comportamento na gestão dos recursos hídricos”. O Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu e parabenizou pela nova mentalidade colocada, com mudança significativa dos procedimentos e abriu a palavra aos presentes. A Sra. Maria Zita (DNOCS) apresentou indagações sobre o substitutivo ao PL nº 1181/2003 fruto do GT/CTAP aprovado no CNRH. A Sra. Ingrid Müller (OTEP) elogiou a mudança de postura nas ações do MI e solicitou informações sobre os trabalhos desenvolvidos nas áreas de segurança de barragens, de capacitação e de macro e micro drenagem. A Sra. Maria Zita (DNOCS) reportou-se às festividades de comemoração dos cem anos do Açude Cedro para convidar à CTAP a realizar sua reunião naquele local, oportunidade para o mútuo conhecimento das atividades do DNOCS e do Estado do Ceará. Observou que os projetos de macro drenagem estariam no plano de bacia e necessitariam de integração entre o CBH e demais ministérios que atuam em saneamento. Após os esclarecimentos e repostas o Sr. Julio Thadeu considerou louvável a apresentação demonstrando a mudança na gestão e na postura de execução das obras do MI. Ponderou que no caso da hidrologia, a montagem da rede de informações deveria estar atrelada à capacidade operacional dos órgãos gestores. Nos encaminhamentos finais da reunião abriu a palavra aos participantes para suas considerações. A Sra. Maria Zita (DNOCS) deu conhecimento das dúvidas e questionamentos sobre a nova composição do CNRH apresentadas na reunião da CTIL do dia anterior. O Sr. Julio Thadeu (SRH) esclareceu que tais informações foram apresentadas no início desta reunião e diante da insistência da Sra. Maria Zita (DNOCS) voltou a esclarecer as questões levantadas concernente à não indicação dos CERH, a posse dos novos conselheiros e o entendimento da CONJUR e da SRH, bem como as interpretações divergentes de alguns segmentos. **Item 8 – Encerramento.** O Sr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e às 14:28h, nada mais havendo a tratar encerrou a 51ª Reunião da CTAP.

## RESUMO DA REUNIÃO:

- Recondução do Presidente para o mandato até 31 de janeiro de 2007;
- Aprovação da Ata da 50ª reunião com alterações;
- Apresentação e discussão sobre critérios para a definição de vazão ecológica, vazão remanescente ou vazão mínima – Joaquim Gondim (ANA);
- Apresentação e discussão sobre planejamento estratégico para aquicultura em reservatórios – parques aquícolas – Marcelo Sampaio (SEAP);
- Apresentação e discussão sobre critérios para análise de projetos com vistas à celebração de convênios – Rogério Menescal (MI);
- Esclarecimentos finais.

## ATA APROVADA NA 52ª REUNIÃO, EM 23/06/2006

Julio Thadeu Silva Kettelhut  
Presidente da CTAP

Aureliano Cesar Martins Silva  
Relator da CTAP